

ECONOMIA

Emprego Metropolitano e Mudança Ocupacional

Rosélia Piquet*

* Rosélia Piquet é Doutora em Economia pela UFRJ. Coordenadora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes-Campos dos Goytacazes, RJ.

E-mail: rpiquet@alternex.com.br

A observação da dinâmica econômica e social recente indica que os dramáticos problemas do mercado de trabalho surgidos nos países avançados já aportaram no Brasil e parecem ter vindo para ficar. Aqui, as mudanças no chamado "mundo do trabalho" têm-se caracterizado pelo crescimento do excedente estrutural de mão-de-obra e pelo aumento do desemprego aberto, tendo o País ocupado, em 1999, o terceiro lugar em volume do desemprego aberto — que representava 5,6% do total do desemprego mundial — enquanto detinha apenas 3% da PEA global.¹ Em consequência, sobre uma estrutura social já desigual e excludente, ampliaram-se o desemprego e as formas precárias de trabalho, tais como o trabalho sem carteira, o trabalho em tempo parcial, o de elevada rotatividade etc.

Contudo, entre 1930 e 1980, o Brasil levou avante um dos mais bem-sucedidos modelos de crescimento econômico, fundado na ampla difusão do emprego assalariado. Entre os anos 1940 e 1970, por exemplo, a cada dez postos de trabalho criados, apenas dois não eram assalariados, e sete apresentavam registro formal.² Inversamente, durante a década de 1990, a cada 10 empregos criados, somente dois eram assalariados, porém sem registro formal. Essa triste performance leva o país a assumir a terceira posição no ranking mundial do desemprego, pois possui, segundo dados da PNAD do IBGE, 7,6 milhões de pessoas sem trabalho em 1999.³

Como ao longo da década de 1990 as políticas econômicas do governo federal foram de orientação liberal, nenhuma medida de defesa da produção e do emprego nacionais foi tomada. Ao contrário, a opção por um desenvolvimento subordinado à inserção internacional expôs fortemente nossa estrutura produtiva à concorrência externa, ampliando a presença de componentes importados. Dado que durante a década de 1990 o produto interno bruto (PIB) apresentou um lento crescimento, acompanhado de fortes pressões para aumento da produtividade, o resultado foi a destruição de empregos, seja pela reorganização da base produtiva, seja pela "exportação" desses empregos por meio da importação de bens e serviços. Os efeitos perversos dessa política não se fizeram esperar, e não apenas o desemprego alcançou um recorde histórico, como o emprego formal contraiu-se, mesmo quando a economia cresceu.

A crescente atenção dos meios de comunicação de massa ao tema do desemprego já tornou de domínio público vários aspectos das profundas transformações no mercado de trabalho brasileiro. De modo geral, entretanto, o tratamento dispensado a essa questão ameniza a gravidade dos impactos sociais das mudanças em curso. Nessas abordagens, o desemprego é tratado como um fenômeno localizado em que o principal impacto social parece resumir-se nas dificuldades de adaptação da mão-de-obra às novas exigências profissionais, o que seria contornado com (re)treinamento ou com mudanças de ramo ou de lugar.

A questão da qualificação da força de trabalho ganhou realce no debate sobre emprego no Brasil, e os que participam com maior distanciamento desse debate passam a ter a impressão de que o desemprego decorre da má qualificação do trabalhador brasileiro perante a reorganização da base produtiva nacional em um mundo globalizado. Entra em moda o termo "empregabilidade" e começa-se a falar nas frágeis condições de empregabilidade do trabalhador brasileiro, transferindo-se para ele a responsabilidade de estar desempregado e de ter individualmente que resolver essa situação desfavorável.

Essa não é, contudo, a visão dos que se dedicam ao estudo do tema, uma vez que a quase totalidade dos textos que versam sobre a questão do emprego revela que os períodos recessivos, na década de 1990, têm produzido quedas significativas nos níveis de emprego formal, não recompostas nos momentos de recuperação econômica, gerando níveis de desemprego cada vez mais elevados e progressiva precarização, notadamente nas regiões metropolitanas.

O desemprego é também tratado como um problema menor, apenas regional ou setorial, que estaria afetando mais profundamente a região altamente industrializada de São Paulo. Os dados apresentados a seguir mostram que tal afirmativa não se sustenta, pois o desempenho negativo da indústria quanto à manutenção do nível do emprego apresenta-se em todas as regiões metropolitanas estudadas.

Assim, por meio da análise do comportamento do emprego formal em quatro regiões metropolitanas brasileiras — Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo —, o texto visa indicar o sentido da evolução do emprego e da estrutura ocupacional nessas metrópoles.

A escolha dessas regiões metropolitanas deve-se às seguintes razões: a de São Paulo, por ser o núcleo da economia brasileira; a do Rio de Janeiro, porque estaria passando por um recente processo de modernização, afastando-a da qualificação de "região decadente"; a de Fortaleza, por apresentar nos últimos anos um vigor econômico que a situa em posição de destaque no Nordeste, e a de Porto Alegre, por estar diretamente ligada à inserção do Brasil no Mercosul.

A mudança na composição ocupacional

A controvérsia sobre os efeitos decorrentes do processo de modernização empresarial sobre o perfil da mão-de-obra não constitui fato novo. É sabido que a introdução de novas práticas produtivas vêm acompanhadas por uma nova base de conhecimentos para o exercício do trabalho, o que provoca alterações na estrutura de emprego, no padrão de remunerações e no perfil da demanda por mão-de-obra.

As sociedades do mundo desenvolvido experimentaram nas últimas décadas o processo de transferência de empregos das atividades produtoras de bens materiais para as que provêem bens imateriais ou serviços. Esse crescimento do setor terciário, que chega a empregar uma proporção de trabalhadores que oscila entre metade e dois terços do total do emprego, segundo o país ou a região, passa a ser considerado um indicador positivo do progresso econômico e da evolução para uma sociedade do bem-estar.

As teorias que buscam explicar o crescimento do setor de serviços remontam aos trabalhos de Colin Clark (1940),⁴ que sugerem a existência de uma tendência histórica de caráter evolutivo, na qual as etapas essenciais do processo de crescimento econômico e de transformação social se dariam através da passagem das sociedades pré-industriais a outras, de caráter industrial, e mais tarde às da fase pós-industrial.

Essa visão linear do crescimento econômico é progressivamente contestada, e o setor terciário, ou de serviços, passa a ser considerado uma categoria residual, pois apresenta enorme heterogeneidade quanto à sua funcionalidade dentro do sistema produtivo, ao seu dinamismo e às suas pautas de localização. O fato de países tão díspares quanto Bolívia, Brasil, Israel e Kuwait terem mais de 60% da população ocupada nos serviços é um fiel reflexo tanto da escassa utilidade desse conceito como da dificuldade de associá-lo com a noção de desenvolvimento. Torna-se então necessário distinguir os dois tipos de processos, de origem diferenciada, que convergem para o crescimento acelerado dos serviços.

O primeiro relaciona-se às mudanças nas atividades industriais, com o correspondente aumento das tarefas prévias e posteriores à fabricação, como meio de racionalizar os processos produtivos, e melhorar sua distribuição, elevando a eficiência global das empresas. Amplia-se assim toda uma série de serviços à produção, que cada vez mais são realizados por empresas externas, em um processo de crescente divisão social do trabalho. Desse modo, consolida-se um continuum entre indústria e serviços, no qual as novas formas do crescimento industrial são a chave explicativa para o crescimento dos serviços, característico das economias avançadas.⁵

O segundo ocorre quando o terciário atua como setor-refúgio, capaz de absorver os excedentes de mão-de-obra, mediante a expansão de atividades pouco capitalizadas e de baixa produtividade, com ocupações pouco qualificadas e de escassa retribuição (comércio varejista, serviços pessoais, administração pública etc), bastante comum nos países pouco desenvolvidos e com graves problemas de emprego.

Nos países e regiões de maior desenvolvimento é inquestionável o aumento do número de profissionais e técnicos de alto nível, membros do que Galbraith, já em 1967, denominava tecnoestrutura. Ainda que em termos relativos as maiores taxas de crescimento estejam ocorrendo nos serviços à produção, na maioria dos casos — inclusive nos mais prósperos países e regiões — a categoria que mais cresce em valores absolutos é o emprego de baixa qualificação, com escassas exigências de formação, de caráter precário ou autônomo, o que permite falar em um processo de dualização ocupacional.

No caso brasileiro e do ponto de vista da presente análise, as grandes empresas verticalmente integradas estão sendo levadas, pela pressão do mercado, a se separar das atividades complementares que exerciam, para comprá-las no mercado concorrencial a menor preço. Assim, tais atividades passam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas de produção etc, o que transforma um certo número de postos de trabalho de empregos formais em ocupações, que deixam de oferecer as garantias e os direitos habituais. A expressão precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo, pois, como afirma Singer, "o emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades".⁶

Algumas grandes áreas metropolitanas, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, não são apenas centros de funções econômicas de alto nível, mas igualmente centros que vivem do trabalho clandestino e mal-remunerado, alimentados por uma mão-de-obra migrante. Em consequência, dentro das áreas metropolitanas coexistem tendências contrastantes e espaços que evidenciam trajetórias opostas: a espaços fabris degradados se contrapõem novas paisagens empresariais de fisionomia bastante distinta da tradicional. Portanto, o processo de transformação que as grandes cidades e metrópoles vêm experimentando é altamente complexo, pois esses espaços ainda reúnem as maiores vantagens competitivas: centros de pesquisa e de formação superior, amplos mercados de consumo e de trabalho, boa comunicação com redes internacionais, presença das sedes sociais das grandes empresas.

Reconhece-se hoje a existência de formas heterogêneas de inserção no mercado de trabalho que já não poderiam mais ser captadas adequadamente através do mero enquadramento tradicional entre "formal x informal". Entretanto, para a maioria dos estudiosos do tema, o contrato formal de trabalho é considerado "melhor" do que o assalariamento informal porque proporciona a quem o tem um conjunto de proteções e benefícios.⁷

Assim, a análise do comportamento do emprego formal metropolitano é relevante, uma vez que o seu declínio indica que um vasto segmento de trabalhadores antes pertencentes aos quadros permanentes das empresas vem passando para

um reservatório mal-pago e mal-organizado de trabalhadores, com as correspondentes conseqüências negativas para a vida na metrópole.

As mudanças observadas no emprego metropolitano

A montagem das regiões metropolitanas baseou-se no documento "Relação dos Municípios das Regiões Metropolitanas", da Fundação IBGE,⁸ sendo mantida a mesma composição territorial nos anos do período analisado, de modo a não alterar a base geográfica de análise.

Caracterizar e medir o tamanho do desemprego no Brasil não é tarefa simples, pois não há homogeneidade entre as metodologias adotadas. O IBGE, por meio da Pesquisa Mensal de Emprego — PME — procura acompanhar o desemprego em seis regiões metropolitanas mas só considera desempregado o trabalhador que além de ter procurado emprego durante o período de referência da pesquisa, se encontrava apto ao exercício imediato de uma vaga, sem ter trabalhado nem mesmo uma hora durante a semana da pesquisa. Assim, aquele que exerceu qualquer trabalho por mais de 60 minutos, durante o período da pesquisa, passa a ser considerado "ocupado". Desse modo, é incontestável que há uma subavaliação do desemprego no país.

Utiliza-se os dados que constam da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, Ministério do Trabalho, referentes ao período de 1989 a 1998, último ano sobre o qual se dispõe de informações.⁹

A RAIS levanta toda a informação relativa ao mercado de trabalho formal brasileiro. Os dados englobam um volume de 30 a 45 milhões de registros de trabalhadores por ano e de quatro a sete milhões de estabelecimentos informantes.¹⁰

No Quadro 1 são apresentados os postos de trabalho por setores da atividade econômica e é possível aquilatar as diferentes magnitudes das regiões metropolitanas analisadas. Por sua vez, os dados contidos no Quadro 2 indicam as mudanças que ocorreram no período analisado.

É inequívoco que os dados apresentados indicam que a indústria de transformação, no período estudado, perde importância como mercado de trabalho não só nas metrópoles estudadas, mas também no Brasil como um todo, e que somente as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro perdem, no período, mais de um milhão de postos de trabalho nesse setor. Contrariamente, o setor Serviços apresenta crescimento em todas as regiões metropolitanas, mas, ainda que se lhe agreguem os dados referentes ao do setor Comércio, perfazendo um total de 296.101 novos postos de trabalho no período, esse acréscimo é enormemente inferior à quantidade das perdas observadas na indústria.

O Quadro 1 evidencia também a marcante diferença de porte entre as regiões metropolitanas: Fortaleza detém cerca de 10% dos postos de trabalho existentes na Região Metropolitana de São Paulo. Contudo, é a região metropolitana que mostra a menor queda na oferta do emprego industrial no período e a única que apresenta incremento na oferta global de postos de trabalho.

Esse desempenho favorável da Região Metropolitana de Fortaleza deriva do fato de o Ceará perfilar-se entre os estados que mais se desenvolvem no país e, de 1990 para cá, apresentar crescimento de 6,5% anuais, superior a mais do dobro da média nacional. A crescente busca de competitividade internacional assumida pela política econômica brasileira transformou o Ceará em excelente opção locacional, pois para quem quer exportar são menos três dias de navio até a Europa ou aos Estados Unidos, em comparação ao Sul. Além do mais, os baixos custos salariais vigentes em todo o Nordeste, vêm funcionando como grande atrativo aos setores que empregam mão-de-obra de forma intensiva. Não por acaso o Ceará constitui o segundo parque têxtil do país, responsável por 17% da produção nacional, e para quem se instala no interior há ainda o benefício de prazos mais largos para o recolhimento do ICMS.¹¹

O crescimento do estado, baseado em indústrias tradicionais e em baixos salários, do modo como vem se realizando, leva alguns críticos a afirmar que "no Ceará só se cria emprego de salário-mínimo." No entanto, o aumento da massa salarial tem gerado novas oportunidades de investimento nos setores não só industriais como nos de serviços e em infra-estrutura, o que tem promovido melhorias marcantes nos índices sociais e na disponibilidade de infra-estrutura. Como as fábricas instaladas são novas, modernas e mais produtivas, o estado garantirá alguma vantagem no cenário competitivo da atualidade.

Quando o foco de análise desloca-se para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é inequívoco que os dados indicam a perda de sua importância como mercado de trabalho (menos 371.061 postos), o que, seguramente, vem contribuindo para a queda na qualidade da vida metropolitana. Todavia, no quadro metropolitano brasileiro, o lugar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é dos mais controvertidos. Os municípios que a compõem apresentam extrema heterogeneidade, variando desde o situado em quarto lugar em qualidade de vida do país até os nacional e internacionalmente conhecidos pela violência a que suas populações estão expostas.

O Rio, ao desindustrializar-se, não se converteu numa cidade de serviços, mesmo que nela tenham permanecido as sedes das grandes empresas estatais, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Assim, a instalação do Teleporto e as obras do Parque Tecnológico de Xerém, investimentos compatíveis com a nova dinâmica econômica da era da competitividade globalizada, contrastam com os "cinturões de ferrugem" da periferia metropolitana, onde habitações de baixa renda convivem lado a lado com indústrias decadentes.

Contudo, a economia fluminense vem experimentando um novo ciclo de investimentos que tem no petróleo seu grande

ponto de apoio, e as grandes empresas petrolíferas elegeram a cidade do Rio de Janeiro como sede de seus escritórios no Brasil. Encontra-se em fase de montagem o pólo gás-químico, em Duque de Caxias, na região metropolitana, e, além disso, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se um pólo de telefonia e a principal fornecedora de componentes para o setor. Desse modo, as perspectivas de recuperação podem deixar de ser uma promessa e tornar-se realidade.

Embora os efeitos das mudanças sobre o nível do emprego sejam devastadores para o conjunto das metrópoles analisadas, são mais profundos sobre o núcleo da estrutura industrial brasileira, localizado na Região Metropolitana de São Paulo: a perda de postos de trabalho nessa região, somente na indústria, foi de 830.408 postos. Portanto, a soma dos postos de trabalho (516.736) no setor industrial existentes nas demais metrópoles em 1998 não suplanta a perda ocorrida na metrópole paulista.

Mesmo assim, a Região Metropolitana de São Paulo continua na liderança da produção industrial brasileira, mas começa a dividir a posição não só com o interior do estado, já há algum tempo o segundo parque industrial do país, como também com outras regiões metropolitanas. Nesse movimento, configura-se um novo mapa locacional, em que a unidade fabril muda de endereço, enquanto a gestão permanece na cidade de São Paulo. A eliminação de 830.408 postos de trabalho do setor industrial não significaria, necessariamente, sua entrada em uma fase de "declínio", mas, ao contrário, decorreria de um processo de transformação. A uma infra-estrutura incomparável, São Paulo junta o diferencial da alta qualidade do ensino e da formação de mão-de-obra, o que ajuda a explicar o fato de o estado continuar sendo o principal foco de atração de projetos em áreas de alta tecnologia.¹²

A metrópole paulista estaria, portanto, ultrapassando suas bases industriais e entrando numa fase pós-industrial, ao sediar os serviços de ordem superior, os escritórios centrais das grandes empresas, os centros de pesquisa e de formação superior, enfim, o novo poder de comando da economia brasileira.

Quanto à Região Metropolitana de Porto Alegre, cabe assinalar que vem atravessando mudanças profundas em sua estrutura industrial, pois o Rio Grande do Sul, estado caracterizado pela prevalência da pequena e da média empresa, praticamente sem multinacionais e sem grandes empresas públicas, passa a receber investimentos em novos setores. Assim, sua região metropolitana começa a abrigar montadoras de veículos, fábricas de pneus e pesadas ampliações no setor químico com a duplicação do III Pólo Petroquímico e da refinaria Alberto Pasqualini.

Esses investimentos provocam uma "descontinuidade" na evolução econômica da região e se a isso somar-se a implantação do Mercosul, que vem definindo uma tendência de "arrasto" dos novos investimentos para o espaço ao sul de São Paulo, compreende-se o quadro contraditório retratado no crescimento, mas também na queda do emprego nessa região metropolitana.

As mudanças ocupacionais

Os Quadros 3 e 4 permitem uma outra visão sobre o tema: neles são apresentados os dados sobre o emprego, segundo sua classificação por ocupação.

O que de imediato chama a atenção (Quadro 4) é a assustadora queda dos postos de trabalho nas atividades Técnicas e de Produção, que no período perderam respectivamente 219.169 e 959.266 postos.

A base da explicação para esse comportamento é a passagem de funções especializadas para funções de múltiplas tarefas, pois nas empresas organizadas segundo os princípios da gerência científica, característica da Segunda Revolução Industrial, as tarefas parciais são distribuídas por funcionários extremamente especializados em desenvolver funções específicas, agrupados em seções e departamentos separados uns dos outros. O funcionamento e a gestão desse sistema de trabalho e dessa massa de funcionários requerem um expressivo contingente de supervisores, chefes e subchefes, assistentes, gerentes etc., que conferem unidade ao conjunto dos trabalhos atomizados. Com a introdução da informatização, o fluxo das medidas administrativas decorrentes das ações primárias nas áreas de produção, de vendas, de investimentos etc, torna redundante o imenso contingente de funcionários envolvidos com essas atividades. O esvaziamento da base do trabalho administrativo torna desnecessária a antiga estrutura de gestão, e, dessa forma, o encolhimento avança pela gestão intermediária, geralmente exercida pelo corpo técnico.

Do mesmo modo, a automação das funções produtivas, que reorganiza e suprime postos de trabalho no "chão de fábrica", explica parcialmente o avantajado corte das funções na Produção. Sem dúvida, entretanto, causas econômicas mais gerais encontram-se na base desses cortes.

Não será possível tecer comentários sobre a categoria Gestão Superior, pois o erro existente no registro desse item para a Região Metropolitana de São Paulo, em princípio onde as variações seriam mais significativas, inviabiliza qualquer consideração.

Dado o vertiginoso crescimento das Atividades de Apoio, pode-se concluir que as ocupações profissionais mais concorridas no Brasil durante os anos 1990 não são as que poderiam ser identificadas como ocupações modernas.¹³

Embora seja cedo para uma avaliação sobre as novas formas de gestão da produção e de organização do trabalho, as análises mais recentes revelam novos e crescentes tipos de problemas. A crença de que a adoção de tecnologias sofisticadas e das novas formas de gestão da produção, ao exigir o maior envolvimento do trabalhador com as metas e os resultados das empresas, assim como a maior disponibilidade de postos de trabalho sem funções repetitivas, indicariam que os tempos mais duros das tarefas ocupacionais estariam desaparecendo vem gradualmente dando lugar

a um crescente pessimismo. O maior ritmo do trabalho e a desilusão operária com a progressiva concorrência intragrupo, bem como a transferência dos tradicionais mecanismos de controle direto — constante presença da supervisão, cartão de ponto, conteúdos rígidos de funções — para regras de cooptação ("metas de produção", "fiscalização pela qualidade total", "zero defeito"), não têm implicado o desaparecimento das tensões e lesões, mas apenas sua modificação.

Concluindo

Como ficou claro, o ambiente econômico brasileiro sofre grandes mudanças no período analisado. No conjunto das regiões metropolitanas estudadas foi extinto, apenas na indústria, cerca de um milhão de postos de trabalho formal. Desse modo, o emprego deixa de ser uma referência estável e uma garantia de integração à sociedade, o que permite afirmar que a grande transformação ocorrida nesses anos se traduz na substituição de assalariados majoritariamente protegidos por assalariados cada vez mais fragilizados, ameaçados pelo desemprego.

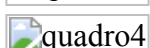
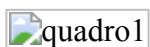
A década de 1990 foi também um período de mudança na composição setorial do mercado de trabalho. Boa parte da absorção de mão-de-obra foi devida ao setor serviços, simultânea à redução do emprego no setor manufatureiro.

O emprego assalariado formal representa o que de melhor o capitalismo brasileiro tem constituído para a sua classe trabalhadora, pois vem acompanhado de um conjunto de normas de proteção social e trabalhista. A sua redução absoluta e relativa, nos anos 1990, conforme os dados apresentados ilustram, combinada com a pressão que a população economicamente ativa continuará a exercer sobre o mercado de trabalho, leva a concluir que ocorrerá um aumento considerável do desemprego e da precarização das relações de trabalho.

Os responsáveis pela política econômica tentaram, inicialmente, ignorar a importância desse desemprego. Quando não se tornou mais possível desconhecer a profundidade e a extensão do fenômeno, tentaram atribuí-lo à legislação trabalhista brasileira e à desqualificação de nossa força de trabalho. Essa legislação passa então a ser considerada pelos mentores das políticas econômicas como extremamente rígida e demasiadamente protetora da força de trabalho: era preciso desregular. Com isso, as políticas de combate ao desemprego ficam restritas ao campo da desregulamentação do trabalho, ou seja, da flexibilização das regras que regem a contratação, o uso, a remuneração e a dispensa da força de trabalho.¹⁴

No passado, aqueles que estiveram à frente de lutas operárias eram explorados, mas não eram inúteis, tanto que, em parte, devido a essas lutas o sistema de proteção ao trabalho foi implantado. Na atual fase, o medo de perder o emprego dos que estão trabalhando e a impossibilidade de (re)integração de grande parte da população economicamente ativa põem esse "excedente de mão-de-obra" em situação desesperadora, pois a importância do trabalho nunca é tão grande como quando não se tem trabalho.

Os dados para 2000 e as projeções para 2001 parecem indicar que os tempos mais duros já foram ultrapassados: prevê-se uma recuperação no que respeita tanto ao potencial de investimentos quanto ao crescimento da oferta de empregos. A produção industrial vem dando mostras de recuperação, e alguns setores da economia brasileira já apresentam um padrão considerado "internacionalizado". Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria,¹⁵ a utilização da capacidade instalada atingiu 82%, o maior índice dos últimos oito anos. Esse alto comprometimento deve resultar em mais investimentos, embora essa nova safra de investimentos não seja promissora quanto à geração de empregos. Como afirma Milton Santos: "Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso pode vir a ser a condição da construção de um mundo mais humano."¹⁶



Notas

1 POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo Editorial. 2001. p. 9.

2 Id. *ibid.*, p. 97.

3 PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 214 p. Tab. Graf. Inclui 1 CD-ROM.

4 CLARK, Colin. The condition of economic progress. London: MacMillan, 1940. p. 52.

5 Ver, a respeito desse ponto, DEL RIO, C.; QUADRADO, J.R. La importancia de los servicios a la producción en la nueva política regional. In: CURBELO, J. L. Territorios en Transformación: análisis y propuestas. Madrid: Fondo Europeo de Desarrollo Regional/CSIC, 1994.

6 Sobre os conceitos de emprego/ocupação/precarização ver os textos de SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998 e MATTOSO, Jorge Eduardo; OLIVEIRA, Carlos Alonso. (Org.). Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

7 Nos últimos anos, a discussão sobre a dinâmica e a estrutura do mercado de trabalho extrapola os termos que dominaram o debate nos anos 1970. As novas condições dos mercados de trabalho urbanos não são mais explicáveis e/ou mensuráveis pelos critérios adotados tradicionalmente com base nas diretrizes estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho durante os anos 1950-1970 e estão exigindo a construção de novos indicadores.

8 "Relação dos Municípios das Regiões Metropolitanas", da Fundação IBGE.

9 BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. Manual de orientação da RAIS-Relação Anual de Informações Sociais: ano-base 1989-1998. Brasília, 1989-1998.

10 Id. *ibid.*

11 Os produtos cearenses são de menor valor agregado. O preço médio das exportações cearenses em 1997, por exemplo, ficou em US\$ 3,59 o par, enquanto no Rio Grande do Sul, responsável por 88% das exportações, atingiu a marca de US\$ 11,60 o par. Revista Exame, n. 673, 21 out., 1998.

12 São Paulo tem diferenciais imbatíveis nas áreas de infra-estrutura. Dispõe de 26.000 km de rodovias asfaltadas, das quais 70% são de responsabilidade do governo estadual; 600 km do gasoduto Brasil-Bolívia passarão por 67 municípios paulistas, o que facilitará a instalação de indústrias interessadas em usar essa fonte barata de energia. A hidrovía Tietê-Paraná vai beneficiar mais 120 municípios, que devem estruturar-se como pólos agrícolas ou industriais.

13 Singer afirma que hoje no Brasil o exército de reserva é mais terciário do que industrial e não se compõe apenas dos que são vítimas do desemprego aberto (aqueles que estão ativamente procurando emprego), mas dos socialmente excluídos, que se sustentam por meio de ocupações precárias e que são candidatos potenciais a empregos no setor formal da economia.

14 Os diagnósticos oficiais procuram minimizar as adversas relações salariais vigentes no Brasil por meio de uma verdadeira apologia da informalidade, como é o caso de Edward Amadeo, especialista em economia do trabalho e Ministro do Trabalho entre março de 1998 e janeiro de 1999, que em entrevista à Revista Veja de 15/4/98 afirma: "Quem vende uma mercadoria no sinal de trânsito não tem um emprego convencional, mas tem um trabalho e, portanto, uma renda. Não estou dizendo que isso é o ideal, mas quero deixar claro que o Brasil tem essa capacidade de se adaptar a coisas novas."

15 Jornal do Brasil, 15 de março de 2001.

16 SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.174.